

Um novo socorro evita a inadimplência da Argentina

Quatro países latino-americanos, inclusive o Brasil, e os Estados Unidos, além de 11 bancos, voltaram a participar ontem de mais uma operação de emergência, para evitar que a Argentina seja declarada inadimplente: deram mais 30 dias para o governo do presidente Raúl Alfonsín chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional. No entanto, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, já deixou claro em Buenos Aires que seu governo poderá declarar a moratória, a exemplo da Bolívia.



Mas o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, admite que pode pedir moratória.

— A decisão da Bolívia é uma posição que muitos países endividados do hemisfério poderiam ser levados a adotar pela pressão dos bancos credores, disse o ministro, lembrando que “seguramente haverá gestões para que a Bolívia reveja a sua atitude e possa ter acesso ao crédito internacional”.

No entanto, é preciso “reconhecer que a Bolívia é um país com muitos problemas, em meio a uma grande crise mundial, e seus produtos de exportação têm baixa cotação. Há pressões e tensões que esse país não pode suportar. Além disso, a decisão é soberana”.

Disse também que o governo Alfonsín não permitirá o pagamento de juros da dívida externa superiores ao superávit da balança comercial. “Até aqui pagaremos. Mais, não. Não se negociará em prejuízo dos interesses do país e da dignidade nacional.”

Ontem, o ministro repetiu o que já havia dito perante a comissão parlamentar de inquérito que investiga como o regime militar contraiu uma dívida externa de 45 bilhões de dólares, e como o dinheiro foi empregado. “Mais de 30 milhões de dólares foram gastos em turismo, juros e em comprar coisas inúteis. O governo não vai pagar dívidas ilegítimas”, disse Grinspun.

No momento, o governo está recalculando a dívida do país. “Em poucas semanas, teremos as cifras definitivas.” A propósito de recentes declarações de um fiscal do governo de que as autoridades deveriam providenciar a repartição de recursos desviados para o estrangeiro, Grinspun observou: “Não há meios legais para trazer

o dinheiro”, que possivelmente está depositado em bancos estrangeiros.

Sobre a situação interna, disse que o governo luta para desmontar o aparato de especulação financeira montado à sombra do regime militar, ressaltando, porém, que o governo Alfonsín “veio aplicar a lei, não o paredão”.

— Nosso objetivo é reativar a economia, aumentar o salário real e baixar a inflação — afirmou, esclarecendo, porém, que o controle dos preços está subordinado aos dois primeiros objetivos: “A inflação será

em 1984 o que for, contanto que o salário e a economia cresçam”.

— Não somos liberais nem somos totalitários. Somos o partido (a União Cívica Radical, partido do governo) da justiça, da liberdade e da democracia — disse ele, condenando “setores populares” que, em vez de apoiarem o governo nas negociações sobre a dívida externa, “dão respaldo aos inimigos de dentro e de fora. Este governo está ao lado do povo e contra a oligarquia”.

Enquanto isso, comentava-se em Buenos Aires que a prorrogação do prazo de pagamento do empréstimo de emergência concedido em fins de março foi uma decisão quase automática, tomada sob a pressão de dois fatos: a quase falência do Continental Illinois, o oitavo banco dos Estados Unidos, e a declaração da moratória boliviana. A situação é delicada para os banqueiros internacionais, que, segundo esses comentários, tentam evitar tanto quanto possível uma nova crise.

Um primeiro esforço nesse sentido foi realizado em fins de março, numa operação coordenada pelo Departamento do Tesouro norte-americano, e de que participaram 11 bancos e mais quatro países: Brasil, Colômbia, México e Venezuela. Cada parte entrou com cem milhões de dólares, para impedir que a Argentina deixasse que seus pagamentos superassem os 90 dias de atraso, caracterizando a inadimplência.

Agora, a situação volta a repetir-se e a Argentina tem prazo até 30 de junho para pagar 500 milhões de dólares vencidos.